



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete da Presidência

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 131/2025

Institui o Cadastro de Candidatos a Assessor de Juízo de 1º Grau no âmbito do Tribunal de Justiça da Paraíba e dispõe sobre sua formação e funcionamento.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a criação de 150 (cento e cinquenta) cargos de Assessor de Juízo de 1º Grau, pela [Lei nº 13.865, de 2 de setembro de 2025](#);

CONSIDERANDO que os referidos cargos devem ser providos por bacharéis em Direito, nos termos do art. 237 da [Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba \(LOJE\)](#);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar ampla publicidade ao chamamento público para a formação do cadastro de interessados;

CONSIDERANDO a necessidade de formação de banco de dados com candidatos à função de Assessor de Juízo de 1º Grau, a fim de facilitar a consulta e seleção de profissionais qualificados pelos magistrados das unidades judiciárias contempladas;

CONSIDERANDO o propósito de conferir maior agilidade e eficiência ao processo de indicação de assessores pelos magistrados para posterior nomeação pela Presidência do Tribunal;

CONSIDERANDO a importância da implementação de mecanismos eletrônicos que modernizem e otimizem os procedimentos administrativos do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 016852-05.2025.8.15;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Cadastro de Candidatos a Assessor de Juízo de 1º Grau do Tribunal de Justiça da Paraíba, destinado à formação de banco de dados de profissionais interessados no cargo, com a finalidade de auxiliar os magistrados na consulta e seleção de candidatos qualificados.

Parágrafo único. O cadastro tem caráter meramente consultivo e não substitui o processo de indicação pelos magistrados nem o procedimento de nomeação pela Presidência do Tribunal.

Art. 2º Poderão inscrever-se no cadastro os bacharéis em Direito que atendam aos requisitos estabelecidos no art. 237 da [Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba](#) e demais normas aplicáveis à investidura no cargo.

Art. 3º A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DITEC) do Tribunal de Justiça da Paraíba desenvolverá e disponibilizará sistema eletrônico de cadastro na página institucional do Tribunal (www.tjpb.jus.br).

§ 1º O sistema eletrônico de gestão de assessores permitirá que os interessados realizem sua inscrição de forma autônoma, mediante o preenchimento de formulário on-line e upload dos documentos comprobatórios necessários.

§ 2º O sistema deverá permitir a consulta dos currículos cadastrados pelos magistrados e servidores autorizados, respeitadas as normas de proteção de dados pessoais.

§ 3º Os interessados deverão autorizar expressamente, no momento da inscrição, a consulta de seus dados pelos magistrados do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Art. 4º As inscrições no sistema eletrônico poderão ser realizadas a partir da data de disponibilização da plataforma, sem prazo predeterminado para encerramento.

Parágrafo único. Os dados cadastrados poderão ser atualizados pelos próprios interessados a qualquer tempo, mediante acesso ao sistema com as credenciais fornecidas no momento da inscrição inicial.

Art. 5º O cadastro instituído por este Ato tem caráter facultativo e não vinculante para os magistrados.

§ 1º Os magistrados têm plena liberdade para indicar assessores que não estejam inscritos no cadastro, observados os requisitos legais para investidura no cargo.

§ 2º A inscrição no cadastro não gera qualquer direito subjetivo à nomeação, nem implica obrigação da Administração em nomear exclusivamente os profissionais cadastrados.

§ 3º A indicação de assessores pelos magistrados continuará a observar o procedimento estabelecido nas normas administrativas internas do Tribunal, independentemente da existência do cadastro.

Art. 6º A Gerência de Comunicação do Tribunal de Justiça da Paraíba promoverá ampla divulgação do cadastro, utilizando todos os canais institucionais disponíveis, incluindo o site oficial, redes sociais institucionais e outros meios de comunicação adequados.

Art. 7º Os dados pessoais coletados no sistema de cadastro serão tratados em conformidade com a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais\)](#), e demais normas aplicáveis à proteção da privacidade.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, datado e assinado eletronicamente.

Desembargador FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba

Este texto não substitui o publicado no DJe em 29.09.2025.